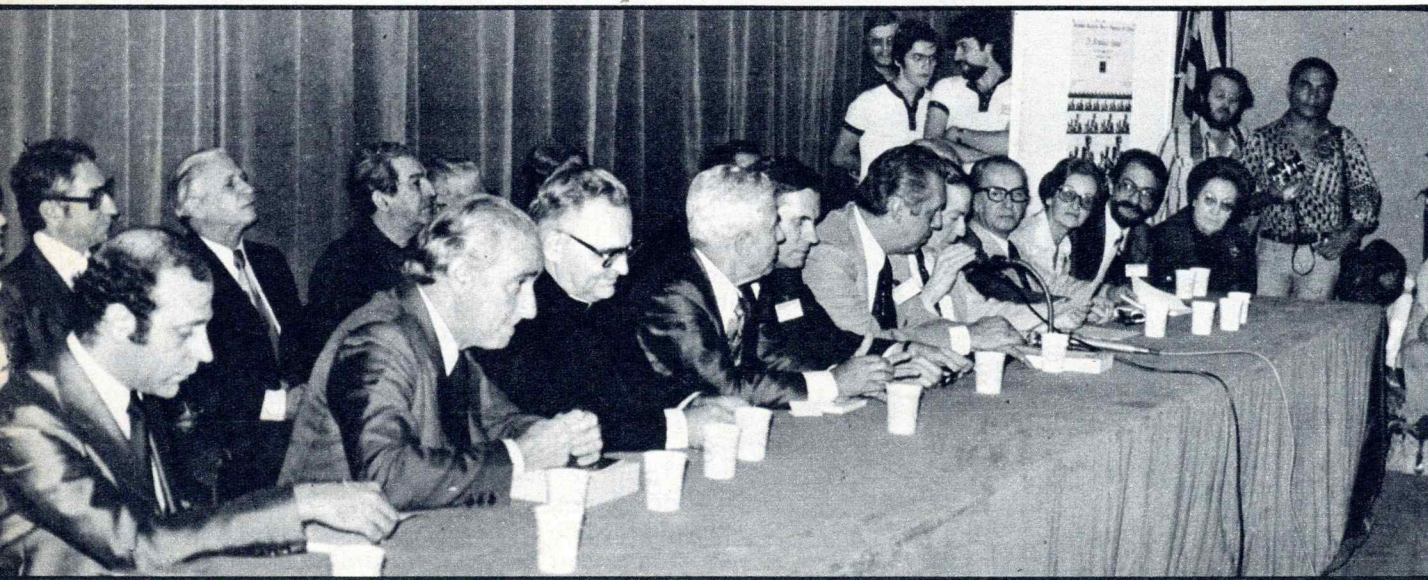


SÃO PAULO

# O debate descontraído da ciência brasileira



Na mesa que presidiu à abertura dos trabalhos, entre os cientistas, duas presenças expressivas: Montoro e Arns.

**F**OI com a sensação de quem aranca a vitória no último minuto de jogo — e os demorados aplausos de quatro mil espectadores confirmavam essa impressão — que o físico Oscar Sala, o farmacólogo Maurício da Rocha e Silva e o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, subiram ao palco do anfiteatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no último dia 6 de julho. Eles abriam a 29.<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, depois de haverem superado uma série de obstáculos aparentemente incontornáveis. “Sentimo-nos recompensados por essa manifestação de apoio e respeito. Aos descrentes, a resposta será a qualidade, a ética e a liberdade que predominarão neste congresso”, comentou, emocionado, o habitualmente tranqüilo Oscar Sala, presidente da SBPC, enquanto Rocha e Silva, presidente de honra, afirmava: “Esperávamos realizar a reunião em Fortaleza, um palco mais calmo, onde poderíamos meditar sobre os vinte e oito anos da SBPC. Quis o destino, porém, que a reunião se transferisse para São Paulo, um cenário mais agitado.” E Arns, grão-chanceler da PUC-SP, fez votos no sentido de que os cientistas tivessem liberdade para publicar tudo que elaborassem e que soubessem captar o espírito profundo do povo, a quem deveriam, de resto, dedicar seus estudos e pesquisas.

**As restrições.** O clima de inquietação que marcou a abertura dos trabalhos acabaria vigorando nos dias seguintes pela mesma razão: a lembrança ainda quente das dificuldades encontradas para a concretização do encontro. A começar pela retirada do apoio oficial às vésperas da reunião, surpreendendo a diretoria da sociedade. O governo federal impunha uma condição para a liberação da verba: o adiamento da reunião para setembro,

com o que a SBPC não poderia concordar, porque a eficiência do simpósio dependia em grande parte do recesso escolar de julho. “Como o Ministério da Educação se manteve inflexível, preferimos cancelar o projeto”, explicou Sala. No momento, porém, em que ele anunciava publicamente essa decisão, começou a brotar de diversas áreas um irresistível movimento de solidariedade à SBPC. O conselho de entidade, surpreendido pelo volume do apoio, reviu sua decisão e aceitou o desafio das circunstâncias. A reunião se realizaria em São Paulo, num *campus* universitário conseguido rapidamente e com o dinheiro coletado em campanhas populares, leilões e promoções artísticas e

culturais. Animada por essa perspectiva e com o respaldo da opinião pública, a SBPC sobreviveria, enfim, aos últimos contratempos — como a recusa da cessão do *campus* da Universidade de São Paulo, as restrições a um espetáculo beneficente de música popular brasileira e a ausência de técnicos do aparelho estatal — e instalaria a reunião na data prevista. Todos os assuntos foram mantidos (cerca de dois mil e setecentos trabalhos, envolvendo quarenta e seis áreas de conhecimento), embora uns e outros acabassem revestindo-se de importância maior diante das próprias condições em que se realizava o congresso. Assim, a esperada conferência do físico José Goldenberg, da USP, encer-

Milhares de pessoas prestigiaram as sessões da SBPC na PUC de São Paulo.



Wilson Chumbo

rando as atividades do primeiro dia, foi transferida para o grande auditório. Um público numeroso ouviu Goldenberg falar sobre o Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha, evitando prudentemente o excesso de termos técnicos. O Senador Franco Montoro (MDB, SP), que chegou atrasado, e muitos dos participantes de palestras mais específicas (sobre o aproveitamento da torta de cana-de-açúcar e o bioeletreto de água estruturada em enzima, por exemplo), encerradas minutos antes, tiveram de ouvi-lo de pé ou sentados no corredor. Se havia temores em áreas governamentais quanto à oportunidade da reunião científica deste ano, parecia fora de dúvida que ela alcançara uma dimensão muito maior em consequência das restrições. A SBPC se popularizara, como se deduzia da inscrição de novos associados (agora são 13.800), e o pagamento de anuidades atrasadas — que apenas um terço dos sócios cumpria regularmente — cresceu de tal maneira que a instituição começou a alcançar, pela primeira vez, um equilíbrio orçamentário, que, somado às contribuições populares, poderia levá-la, até, a abrir mão de futuras subvenções oficiais.

**Transformação.** O Conselho da SBPC preferiu, contudo, adotar uma posição de cautela, estudando a possibilidade de se transformar em sociedade civil, mas sem desprezar o apoio do executivo federal. Outra decisão do Conselho, reunido no dia 9 de julho: realizar a 30.<sup>a</sup> Reunião Anual também em São Paulo, onde, comprovadamente, acontecimentos desta natureza implicam em despesas menores. Em Fortaleza, o congresso estava orçado em cerca de 3 milhões de cruzeiros. Na capital paulista, os gastos não ultrapassarão 2 milhões. Além disso, a SBPC poderá obter até mesmo lucros eventuais. Este ano, por exemplo, as três mil inscrições renderam aproximadamente 1 milhão de cruzeiros, um leilão de quadros (doados por artistas e galerias) contribuiu com 160 mil cruzeiros e uns 500 mil cruzeiros vieram da venda de ingressos, doados pelos produtores, para peças teatrais e de um espetáculo musical que reuniu Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento e Edu Lobo, que, como outros artistas, se apresentaram de graça. E as ofertas de hospedagem desmentiram, ao menos momentaneamente, a propalada frieza dos paulistas: abriram-se generosamente duas mil vagas em residências particulares — o dobro do número de candidatos. Somando-se a isso o seu fundo de reserva (à base de verbas oficiais liberadas antes da divergência com Brasília), a SBPC esperava, no final da reunião, um superávit de 1 milhão de cruzeiros.

**Galileu Galilei.** Esse balanço otimista não calou, entretanto, a irreverência de alguns expositores. As críti-

cas se sucederam, sob a efígie de Galileu Galilei, escolhida como símbolo do congresso. Analisando o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental, o físico Goldenberg lamentou a falta de consultas à comunidade científica nacional, enquanto em diversas salas e horários se criticava a política econômica de Brasília, as prioridades estabelecidas no campo educacional, a falta de planejamento urbano e as falhas no setor da saúde pública. E mesmo nas sucintas exposições de trabalhos menores, com duração máxima de quinze minutos, ouviam-se protestos sobre a carência de recursos para as pesquisas. Essa disposição

para a crítica, beirando o desabafo, explica igualmente o destaque alcançado pelos temas políticos e sociais que, embora representassem impressionante minoria de trabalhos (79 contra o total de 2.700), polarizaram a atenção dos congressistas e forneceram as manchetes dos jornais. Por mais de uma vez, dada a maciça afluência de público, as palestras políticas foram transferidas para o anfiteatro. Se já havia uma tendência de intensificação do debate político na SBPC desta vez ela transbordou sem constrangimentos no *campus* superlotado da PUC-SP. (Luís Maciel Filho/São Paulo)

## DIPLOMACIA

# O diálogo Brasil-Uruguai

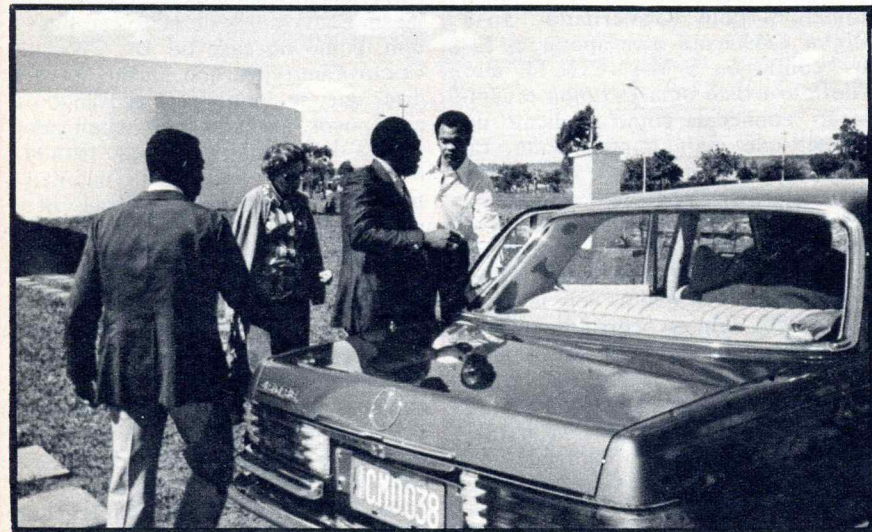
**A** visita do Presidente Aparício Méndez, do Uruguai, a Brasília, na semana passada, revestiu-se de particular importância, não se limitando aos aspectos formais da simples assinatura de um tratado de cooperação para o desenvolvimento da região da lagoa Mirim e de uma declaração conjunta de chefes de estado. Durante os três dias em que o mandatário uruguaio e sua comitiva, formada por três ministros, o chefe da Casa Militar e outros funcionários da Presidência, permaneceram em Brasília, houve duas recepções oficiais e duas entrevistas reservadas reunindo Méndez e o General Ernesto Geisel. A tradicional troca de presentes também foi efetuada: Geisel entregou a Méndez, numa moldura de prata, uma fotografia autografada, assim como uma caixa para guardar charutos, enquanto seu colega uruguaio retribuía a gentileza com um conjunto de estribos e bainhas de prata e condecorações de alto nível. O aspecto mais importante da visita está, porém, na declaração conjunta, através da qual o Uruguai parece aderir à tese do Itamarati quanto ao "princípio da soberania permanente e inalienável dos estados sobre seus recursos naturais e o direito de dispor livre e soberanamente dos mesmos". Esse documento era confrontado com outro assinado, nas últimas semanas de junho, em Montevidéu, pelo mesmo Méndez e o General Jorge Rafael Videla, chefe do governo argentino, onde prevalece a opinião de Buenos Aires sobre o "aproveitamento ótimo dos recursos naturais compartilhados". Isso não impediu, entretanto, que ao deixar

Brasília, no dia 9 de julho, Méndez levasse para Montevidéu um financiamento para a construção da Hidrelétrica de Palmar, no valor de 142 milhões de dólares.

**Brasil-Argentina.** No momento em que Méndez encerrava sua visita a Brasília, os jornais de Buenos Aires estampavam com destaque declarações do jurista e ex-diplomata Hugo Gobbi. Em sua entrevista, Gobbi propunha que seu país denunciase o Tratado da Bacia do Prata porque "lamentavelmente a bacia se transformou numa entidade que serve aos interesses do Brasil e a algumas decisões integracionistas do Paraguai, Bolívia e Uruguai, mas que contrariam os interesses argentinos". No calendário dos futuros lances em torno da bacia do Prata, figura a provável mudança do Paraguai para as características técnicas do sistema energético brasileiro — os 60 ciclos — e o início da construção do gasoduto unindo Brasil e Bolívia. Resta esperar a reação oficial de Buenos Aires, que se tem notabilizado pela moderação e tentativas de diálogo com Brasília. Essa perspectiva de entendimento, aprofundada nos últimos meses, é que reduziu o impacto de incidentes ocorridos à semana passada a partir de uma curiosa guerra dos caminhões. Enquanto Geisel e Méndez conversavam em Brasília, os funcionários do Itamarati eram chamados a examinar o novo caso, mas mantinham geralmente um otimismo derivado, em grande parte, dos aspectos positivos do recente diálogo com Montevidéu. (Marlene Anna Galeazzi/Brasília)

## CRIME

# A tranquila volta de Bob

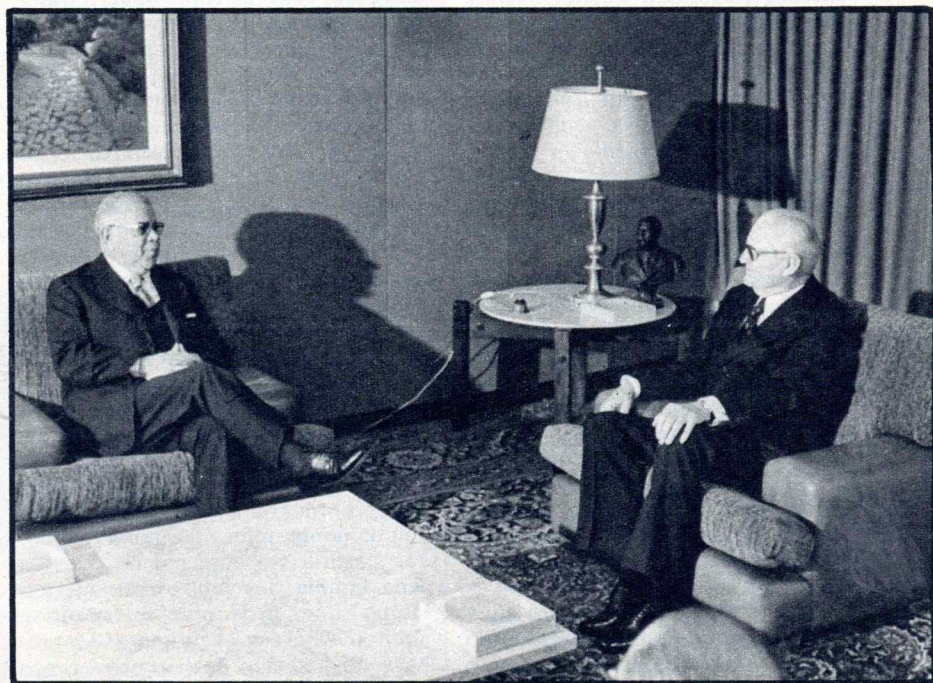


Sérgio Rossi

Mackenzie (sem paletó) recebeu várias visitas antes de regressar a seu país.

**Q** UEM visse o primeiro-secretário da Embaixada do Haiti no Brasil, Louis-Robert Mackenzie, 26 anos, embarcar domingo último no Rio de Janeiro, com destino a Porto Príncipe, não poderia supor que aquele homem sorridente e elegantemente vestido, que elogiava as mulheres à sua passagem, retornava a seu país para responder a um processo inédito na história da representação diplomática estrangeira acreditada em Brasília, sob a acusação de ter mandado matar o embaixador haitiano Delorme Mehu, crime verificado no dia 3 de julho em Salvador. Mackenzie, que estava virtualmente detido em sua residência de Brasília desde que se avolumaram os indícios quanto à sua participação no crime, não aceita os resultados a que vai chegando o inquérito policial instaurado na capital baiana. Foi o que ele disse à imprensa, momentos antes de entrar no avião, no Aeroporto Internacional do Galeão, com um sorriso interpretado por alguns como uma segurança de impunidade: "Acreditem na minha inocência. Não sou o culpado." A consulesa do Haiti no Rio de Janeiro, Jeanne D'Arc Sampaio, parecia mais agitada do que Mackenzie: "As investigações devem prosseguir, pois não é possível a imprensa continuar acu-

sando indiretamente o Presidente Jean-Claude Duvalier de ter mandado o Secretário Mackenzie matar o nosso embaixador." Duvalier — que também é conhecido no noticiário internacional pelo curioso apelido de Baby Doc, assim como seu pai era chamado Papa Doc — manteve-se, aliás, informado dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Numa carta ao chefe do governo haitiano, com cópia para sua mulher, Mackenzie, que se assinava Bob, relatou-lhe "a morte trágica do Embaixador Mehu durante um *week-end* em Salvador", ao mesmo tempo em que entregava maiores detalhes da tragédia: Mehu manteria contatos estreitos com uma jovem baiana (até aqui não identificada) e era um frequentador assíduo dos terreiros de candomblé. O primeiro-secretário, que costumava desfilir em Brasília em luxuosos carros importados, reafirmou, entre outras coisas, em suas últimas horas no Brasil, que não tinha dinheiro para pagar pistoleiros. Estes o acusavam de lhes ter prometido 50 mil cruzeiros pela liquidação do Embaixador Mehu — quantia que Mackenzie negava possuir, embora fosse conhecido na capital federal por suas prodigalidades ao longo de uma intensa vida mundana. (Marlene Anna Galeazzi/Brasília)



Cláudio Alves

Méndez e Geisel firmaram declarações e trocaram presentes em Brasília.